



ATAS

ACTA NÚMERO 138

Aos vinte e dois dias de Dezembro de 2021, pelas 19h30, através da plataforma Zoom, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby, regularmente convocada para o efeito, nos termos do disposto do nº.1, do artigo 20º, dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022.
2. Ratificação da cooptação para Vice-Presidente da FPR de Francisco de Almeida Goes.
3. Ratificação da cooptação para o Conselho de Arbitragem de Marco José Bessa Fortes Tavares
4. Ratificação da entrada de novos sócios, Rugby Clube Mustangs, Oeiras Rugby Clube, Escolinha Colégio Júlio Dinis do Porto e Douro Rugby

A Mesa da Assembleia Geral (MAG) foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Arantes Fontes e pelo Secretário, Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente da Assembleia (PMAG) constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do nº. 4 do artigo 20º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória. Às 20 horas o Presidente da Mesa da Assembleia Geral iniciou os trabalhos.

Às 20 horas encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças:

Joaquim Meirelles e Miguel Rodrigues (CDUL), Tito Arantes Fontes (Sporting), Miguel Teixeira (São Miguel), Luis Felipe Lança de Moraes (Direito), António Ferreira Marques (Caldas), Guilherme Themudo (ANAR), Pedro Aguilar Monteiro (Braga), Ricardo Gordo, Pedro Tomás e Pedro Baptista (Belas), José Carlos Martins (Moita), Rui Loureiro e José Maria Saraiva Marques (Académica), Miguel Vilaça (Galiza), Leonardo Falcão Trigo (Agronomia).

Encontravam-se presentes o Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva, e os Vice-Presidentes da Direcção, Luis Sarmiento, Ricardo Nunes, Francisco Martins, João Constantino e Francisco Goes. Encontrava-se também presente João António Almeida do Conselho de Arbitragem e o Secretário-geral da FPR, Mário Costa.



Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos Estatutários, o Presidente saudou todos os delegados e deu início à discussão da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 20 horas, passando a palavra ao Presidente da FPR.

Carlos Amado da Silva, Presidente da FPR, cumprimentou a Mesa e os delegados presentes e lamentou o atraso no envio da documentação referente ao Orçamento e Plano de Actividades tendo referido que o Orçamento agora apresentado vai ser um exercício académico devido a todas as contingências impostas pela pandemia. Congratulou-se com as excelentes prestações, que excederam todas as expectativas, dos Lusitanos e da Seleção Nacional de XV, que neste momento lutam por ir ao Mundial, objectivo que não estava nos planos da FPR e que vai trazer mais encargos financeiros. Referiu o enorme impacto que o jogo contra o Japão teve e também a preocupante situação da arbitragem e que só não houve mais problemas porque não estão todas as competições em actividade.

Tito Arantes Fontes, PMAG, referiu o enorme impacto que o jogo contra o Japão teve e passou a palavra ao Vice-Presidente da FPR, Luis Sarmiento, que referiu que o Alto Rendimento representa 60% do Orçamento .

Em seguida, o Presidente da Mesa, não havendo quem mais desejasse usar da palavra, pôs o Ponto 1 à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos delegados presentes.

Passando ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, Tito Arantes Fontes deu a palavra ao Presidente da FPR que explicou que a cooptação para Vice-Presidente de Francisco Almeida Goes tem como objectivo principal dinamizar o rugby feminino

Não havendo quem desejasse intervir, o Presidente da MAG pôs à votação o Ponto 2 que foi aprovado por unanimidade.

Francisco Goes agradeceu o convite e a confiança da Assembleia Geral.

Passando ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, Tito Arantes Fontes leu acta do Conselho de Arbitragem (CA), tendo de seguido dado a palavra ao delegado Miguel Teixeira que questionou se não existiam suplentes, tendo o PMAG esclarecido que não. O delegado Miguel Teixeira disse ter constatado



ATAS

recentemente não existir Regulamento do Conselho de Arbitragem e disponibilizou-se a ajudar a fazê-lo pois os Estatutos da FPR prevêem a existência do mesmo.

Tito Arantes Fontes passou a palavra ao Vice-Presidente Ricardo Nunes que informou ter falado com Vasco Couceiro, que se candidatou ao Conselho de Arbitragem por outra lista e que lhe disse nunca ter tomado posse por nunca ter tido conhecimento que tinha sido eleito.

O PMAG referiu que o resultado das eleições foi publicado no site da Federação e confirmou que efectivamente Vasco Couceiro foi eleito.

Carlos Amado da Silva solicitou a palavra para esclarecer que Vasco Couceiro era o segundo candidato da sua lista ao Conselho de Arbitragem, que elegeu dois membros e que o terceiro seria da outra lista. Referiu ainda que existe um Regulamento de Arbitragem de 2006 e que foi iniciado um processo de actualização do mesmo, estando em fase de consulta junto da ANAR e dos árbitros, para posteriormente ser enviado aos clubes.

Tito Arantes Fontes esclareceu que não existe regulação sobre o preenchimento de vagas no Conselho de Arbitragem e que os dois membros deste órgão agiram correctamente ao cooptarem um terceiro membro.

Miguel Teixeira pediu a palavra para informar que Carlos Oliveira, Presidente do CA, se teria demitido.

Tito Arantes Fontes disse que a ANAR teria chamado a atenção de que Carlos Oliveira se teria demitido, mas salientou que hoje recebeu um mail de Carlos Oliveira dizendo que tinha retirado a sua demissão, que efectivamente nunca aconteceu, apesar de ter existido uma carta nesse sentido, já que a mesma nunca foi enviada para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da FPR manifestou a sua preocupação pelo sucedido que considerou muito grave.

Tito Arantes Fontes passou a palavra a João António Almeida, do Conselho de Arbitragem, que disse que Carlos Oliveira esteve afastado durante algum tempo e que falou com ele algumas vezes como porta voz do CA.



Miguel Teixeira pediu a palavra e considerou que no fundo o Conselho de Arbitragem, órgão colegial, funcionou durante algum tempo só com um elemento.

Tito Arantes Fontes confirmou que nunca recebeu nenhuma resignação, pelo que Carlos Oliveira juridicamente esteve sempre em função, mais esclarecendo que a acta de Outubro de 2020 do CA a cooptar o terceiro elemento está assinada por dois elementos que tomaram posse enquanto tal e que portanto desde essa data o CA funcionou com 3 elementos.

Ricardo Nunes frisou o enorme esforço desta Direcção para reforçar a arbitragem e que Carlos Oliveira tem dito a muitas pessoas que já não era Presidente do Conselho de Arbitragem, fazendo a Direcção pensar que já não era membro do CA. Lamentou toda esta situação que em nada dignifica o rugby.

Carlos Amado da Silva referiu estar atónito com esta situação e com a postura de Carlos Oliveira que tem escrito textos muito críticos sobre o rugby português.

Tito Arantes Fontes disse que para todos os efeitos Carlos Oliveira está em exercício de funções, pois não recebeu qualquer carta de renúncia e pôs à consideração a suspensão da AG relativamente a este ponto.

Miguel Teixeira pediu a palavra para dizer que tem a mesma opinião de Carlos Amado da Silva e de Ricardo Nunes sobre este assunto e que duvida que o CA possa cooptar.

Tito Arantes Fontes informou que consultou os serviços jurídicos da FPR que esclareceram que a decisão de cooptar é juridicamente possível.

Miguel Teixeira afirmou acompanhar a proposta para adiar a votação do ponto 2 e pediu a João António Almeida para apresentar o elemento cooptado.

Tito Arantes Fontes perguntou à AG se quer suspender a votação, mas nenhum delegado se pronunciou no sentido de suspender a mesma.

João Machado de Almeida pediu a palavra e falou da dificuldade em ter árbitros para todos os jogos. Refutou as palavras do Presidente da FPR sobre considerar este assunto uma brincadeira. E sobre

1

ATAS

Marco Pereira informou que é um antigo jogador do CDUP, que tem sido responsável pelas nomeações, sendo que com esta cooptação ficam representados no CA o Norte, o Centro e a Grande Lisboa.

Luis Felipe Lança de Moraes sugeriu que numa futura AG Carlos Oliveira estivesse presente para esclarecer toda esta questão pessoalmente.

Não havendo quem mais desejasse intervir o PMAG pôs o Ponto 3 à votação que foi aprovado por unanimidade.

Passando ao Ponto 4 da Ordem de Trabalhos o PMAG passou a palavra ao Presidente da FPR.

Carlos Amado da Silva congratulou-se com o aparecimento de novos clubes.

Posto à votação o Ponto 4 foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da FPR pediu, então, a palavra para agradecer a todos o apoio dado à Federação e desejou Boas Festas a todos.

Joaquim Meirelles pediu a palavra para referir que foi um ano difícil e que gostaria de contar mais vezes com a presença de representantes da FPR em eventos do CDUL.

Carlos Amado da Silva referiu que não recebeu nenhum convite.

Francisco Martins, Vice-Presidente da FPR, informou que tinha estado presente e que inclusivamente tinha estado a falar com o Presidente do CDUL.

João Machado de Almeida solicitou de novo a palavra para apelar aos clubes para indicarem pessoas para frequentarem cursos de formação de árbitros porque os que existem irão num futuro próximo ser insuficientes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença de todos e deu os trabalhos por encerrados pelas 21H05, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.



